



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ESCADA/PE**

Processo n.º **00002945920208172570**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **C O N T E S T A Ç Ã O**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que seu pai, o Sr. José Cícero da Silva, foi vítima acidente automobilístico ocorrido em 15/02/2016, o que acarretou no óbito.

**No presente caso, o pedido administrativo solicitado pela parte autora foi negado haja vista a existência de irregularidade na solicitação.**

**Cumprе esclarecer que a pessoa intermediária que realizou o pedido administrativamente não apresentou procuração para representar o pleito e que o mesmo apresentou uma declaração da parte autora no afirmando que a vítima possuía uma companheira e outra filha, razão pela qual o pleito indenizatório fora negado em tal sede.**

### **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015 [\[1\]](#), prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” DE PARTE NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA**

Inicialmente, em que pese a autora figurar nesta demanda, alegando para tanto ser filho da falecida, **não comprova ser único herdeiro e beneficiário da vítima.**

Cumpra-se destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil<sup>[1]</sup>.

**NA HIPÓTESE VERTENTE, A PARTE AUTORA PROMOVE A PRESENTE AÇÃO COM O FITO DE OBTER A INTEGRALIDADE DA INDENIZAÇÃO, TODAVIA, CONFORME COMPROVADO NOS AUTOS, ELA MESMA AFIRMA EM DECLARAÇÃO QUE A VÍTIMA POSSUIA UMA RELAÇÃO MATRIL COM SUA MÃE, A SRA. SEVERINA MARIA DA SILVA, E QUE TAMBÉM DEIXOU OUTRA FILHA, A SRTA. JANAINA MARIA DA SILVA.**

**CNST**  
Cadastro Nacional  
Serviços Técnicos

**DECLARAÇÃO**

SINISTRO: 3160412662-2 PASTA JUDICIAL: ☐ DANOS ☐ INVALIDEZ ☒ MORTE

VÍTIMA: JOSE CÍCERO DA SILVA

**I - DECLARANTE** ☒ RELACIONADO ☐ OUTROS

NOME: MARIA JOSE DA SILVA  
DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: 8599985 CPF: 00168676419  
ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA 16 Nº 27, NOVA EXANA, ESCADA-DE  
TELEFONE RESIDENCIAL: 181.99.3056309 TELEFONE OUTROS: 1...1

**II - DECLARAÇÃO** ☒ SIM ☐ NÃO ACORDA EFETUAR O RECONHECIMENTO DO SEU SINISTRO PÚBLICO? ☐ SIM ☒ NÃO

MOTIVO: NÃO POSSO ME AFASTAR DE MEUS AFAZERES.

EU, abaixo assinado, declaro para os devidos fins de esclarecimento ao presente pedido do Seguro DPVAT que:

- Declaro que meu pai a vítima, falecido do acidente ocorrido no boletim de ocorrência, foi socorrido pelo SAMU ao Hospital Den Heiden Romão.

- Declaro que minha mãe viveu com meu pai a vítima a 37 anos e que desta relação tiveram 2 filhas, a Sra. Maria José e a Sra. Janaina Maria. E que a vítima não possuía outros filhos.

- Declaro que minha mãe foi omitida na declaração de unidos indenes, pois assinei a documentação sem conferir e não tinha o conhecimento de que o nome dela deveria constar.

- Declaro que solicitei o Seguro DPVAT através de minha intermediária, a Sra. Nidia e fui outorguei procuração para ela. Pois disse não ser necessária.

- Declaro que as procurações acostadas foram feitas a pedido de sua intermediária, porém foi posta como procuradora, minha mãe que nada moveu mentou no pedido de Seguro DPVAT.

DATA: 14/09/2016 Maria José da Silva

ASSINATURA DO INTERVENIENTE

[1] "Art. 4º: A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)".

Assim, deve-se verificar a impossibilidade de pagamento da indenização a autora, posto que não se enquadra na qualidade de única beneficiária, de modo que tal fato merece ser reconhecido, a fim de que, a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir.

Ainda neste sentido, necessária se faz a verificação de todos os beneficiários da vítima, ou seja, se, além da autora, deixou companheiro (a), razão pela qual pugna para que sejam intimados os pais da vítima a fim de esclarecer se a mesma possuía companheiro (a) e se realmente só possuía sua filha como beneficiária.

**DESTA FORMA, ANTE A AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO DE ÚNICA BENEFICIÁRIA DA AUTORA PARA RECEBER A INDENIZAÇÃO EM SUA TOTALIDADE, REQUER SEJA JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, V, DO CPC DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015.**

**CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO**

**(AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML).**

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.

**A RÉ DEMONSTRARÁ A SEGUIR QUE A PARTE AUTURAL CARECE DA AÇÃO POR NÃO TER FEITO A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.**

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

***“Art. 5º(...)***

***§1º(...)***

***a) Certidão de óbito, registro da ocorrência policial competente e a qualidade de beneficiários no caso de morte;***

***§3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecido diretamente pelo Instituto Médico Legal, independente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente***

Ademais, o artigo 5º da Resolução CNSP nº 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

***“Caso seja detectada falha de ordem formal em um dos documentos mencionados nos artigos 2º e 4º, ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da documentação, notificar o interessado com “aviso de recebimento”, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação do assunto.”***

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Essa prova documental incumbe à parte Autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Dessa forma, como a certidão de óbito não informa que houve acidente de trânsito, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT, pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.

## DO MÉRITO

### DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL E A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO INSS

Conforme demonstrado acima, a parte autora alega que a vítima possuía uma companheira, sua mãe, e uma outra filha, legitimamente beneficiárias do *de cujus*.

Todavia, com o fito de averiguar demais herdeiros, imprescindível o depoimento pessoal da parte para tal confirmação, do conhecimento do pleito e da veracidade dos documentos acostados e de suas assinaturas, haja vista que a declaração colacionada acima confronta o informado na exordial.

Ademais, ante a necessidade de verificar se o *de cujus* deixou demais herdeiros, requer a expedição de ofício ao INSS para esclarecer quem eram seus dependentes.

### DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

**EM QUE PESE A PARTE AUTORA TER JUNTADO AOS AUTOS A CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO HÁ ELEMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR QUE A VÍTIMA TERIA FALECIDO EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO, CONFORME DEMONSTRADO NA CERTIDÃO DE ÓBITO:**

**República Federativa do Brasil**

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL**  
**PESSOAS NATURAIS**  
1.º distrito - sede  
Dr. Maria Hellen Lopes Lima  
Juizessa Lopes Lima  
Escada - Pernambuco

**Cartorio do Registro Civil do Cabo**  
**Certidão de Óbito**

NOME:  
**JOSÉ CICERO DA SILVA**

MATRÍCULA:  
**075275 01 55 2016 4 00045 054 0025344 20**

SEXO <b>Masculino</b>	COR <b>Parda</b>	ESTADO CIVIL E IDADE <b>Solteiro, 57 anos</b>
NATURALIDADE <b>São José da Laje - AL</b>	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO <b>CPF 508.079.004-00, 2537620</b>	ELEITOR <b>Ign</b>
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA <b>Filho de CICERO GOMES DA SILVA e de NAIR MARIA DA CONCEIÇÃO. Residência do falecido: RUA 16 nº 27, NOVA ESCADA, Escada - PE</b>		
DATA E HORA DE FALECIMENTO <b>Quinze de fevereiro de dois mil e dezesseis, hora ignorada.</b>		DIA <b>15</b>
		MÊS <b>02</b>
		ANO <b>2016</b>
LOCAL DE FALECIMENTO <b>HOSPITAL DOM HELDER CAMARA, RODOVIA BR 101 SUL, SAN CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE</b>		
CAUSA DA MORTE <b>POLITRAUMATISMO PRODUZIDO POR INSTRUMENTO CONTUDENTE</b>		
SEPULTAMENTO / CEMATÓRIO <b>CEMITERIO DE Santa Paula - ESCADA/PE</b>		DECLARANTE <b>JOSE EDILSON GOMES, 6852132, irmão do falecido</b>
NOME E Nº DE DOCUMENTO DOS MÉDICOS QUE ATESTALARAM O ÓBITO <b>DR. WALTER FREITAS, CRM 5998</b>		
OBSERVAÇÕES / AVISOS <b>Ato registrado no livro C-45, às folhas 54 - sob o nº 25344. Data do registro: 16 de fevereiro de 2016. Data do óbito: 15 de fevereiro de 2016. Profissão do falecido: TRABALHADOR RURAL. Data de nascimento do falecido: 18 de agosto de 1958. Solteiro. Não constam averbações à margem do termo.</b>		

**CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.**

**Perceba ainda, que o boletim de atendimento médico não atesta que as lesões sofridas tenham decorrido do acidente alegado.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o dano fatal, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74.

**DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.**

**DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07**

**ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74**

Cumprе salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitória deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de única beneficiária.

**DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação6.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

## DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

## CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

**Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, o dia que o mesmo ocorreu, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela e qual valor;

**Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO inscrito sob o nº 30225 - OAB/PE sob pena de nulidade das mesmas.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 20 DE AGOSTO DE 2020.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**OAB/PE 30225**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na OAB/PE sob o nº 30225, com escritório na RUA 48, 138 - ESPINHEIRO - RECIFE - PE - CEP: 52020-060, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIA JOSE DA SILVA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **ESCADA**, nos autos do Processo nº 00002945920208172570.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819